# CIÊNCIA HOJE

REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA SBPC

NÚMERO 313 | VOLUME 53 | ABRIL 2014 | R$ 10,95

## sobreCultura
As paixões e a cultura universal de Otto Maria Carpeaux

## CHUTE DE BICICLETA
A física por trás das piruetas do futebol

## SIMON SCHWARTZMAN
A trajetória de um sociólogo que fez história

# CHEIOS DE LIXO
## Ambientes costeiros e marinhos sob ameaça

# SIMON SCHWARTZMAN

## *Crítico virtuoso*

**ANTONIO AUGUSTO PASSOS VIDEIRA**
*Departamento de Filosofia,*
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

**CÁSSIO LEITE VIEIRA**
*Ciência Hoje*/RJ

* Colaborou Vítor Ribeiro (Especial para *Ciência Hoje*/RJ)

No início de 1969, um telefone tocou, à noite, em Belo Horizonte. O ruído da campainha foi dar na casa de Simon Schwartzman, jovem sociólogo, casado, pai de um filho de meses e recém-chegado de um doutorado em Berkeley (EUA). Do outro lado da linha, "um amigo" (aspas necessárias) diz, com contornos de ameaça, que seu interlocutor poderá até assumir o cargo – no caso, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –, mas não poderá dar aulas. "Senti que estava sendo chantageado e decidi, então, vir para o Rio", conta Schwartzman. Pouco depois, incensadas pelo Ato Institucional número 5, as cassações chegariam à UFMG.

Esse é só mais um deslocamento na vida de Schwartzman. Foram muitos, antes e depois: Santiago, Buenos Aires, Oslo, Berkeley, Rio de Janeiro, São Paulo... Parte dessas idas e vindas foi impulsionada pela perseguição política, que, para Schwartzman, começou há exatos 50 anos, com o golpe militar: os militares processaram aquele jovem sociólogo – que o pai queria engenheiro a todo custo – por "perversão da mente" dos alunos. "E eu havia dado só duas aulas..." (risos).

Essa inquietação geográfica se confunde ora como causa, ora como efeito de sua inquietação intelectual, marcada pela busca ampla de temas. Os que trabalham com história e sociologia da ciência por aqui certamente devem agradecer o fato de o Norte da bússola de Schwartzman ter apontado para a direção que o levou ao clássico (e, portanto, obrigatório) *Formação da comunidade científica no Brasil*.

Quando o cenário da sociologia no Brasil era dominado pela tradição marxista, Schwartzman ofereceu, em sua tese de doutorado, outro viés de análise – para a época, quase uma heresia: a teoria de classes, se-

FOTO ACERVO PESSOAL

gundo ele, não explicava o cenário político brasileiro; não dava conta, por exemplo, da marginalidade sofrida pelo estado de São Paulo ao longo da história. "No Brasil, havia um grande equívoco na tradição das ciências sociais: tentar interpretar a história brasileira à moda do marxismo europeu, como determinada pelas relações de classe, que, aqui, são totalmente diferentes, e, portanto, o instrumental marxista não dá conta disso. Minha tese teve boa repercussão e até hoje é referência". Schwartzman conta que o próprio Fernando Henrique Cardoso tinha uma visão marxista bem tradicional da política; depois, passou a ter outro olhar. "Tenho certa pretensão de que o ajudei nessa virada."

Há outra faceta de Schwartzman que, talvez, só jornalistas e editores conheçam. E ela faz a alegria das redações em fechamento: o artigo encomendado chega em tempo recorde, e o conteúdo sempre surpreende pela qualidade, agudeza e bom senso da análise – e não importa se, para isso, seja preciso criticar essa ou aquela gestão, ideologia ou pensamento. Schwartzman é rápido, sincero e independente.

Hoje, Schwartzman, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, desfruta de uma dupla visão privilegiada. A primeira delas é puramente ótica: de sua sala no IETS, contempla um dos cenários urbanos mais bonitos do mundo, com o Pão de Açúcar dando plantão permanente ao fundo, e as águas da baía servindo de suporte para o horizonte. A outra é mental: daquela cobertura, o experiente sociólogo, com cerca de 50 anos de carreira, enxerga, como poucos, séculos da história do Brasil. E isso é ainda mais invejável, sem dúvida.

>>>

Os pais, Salomão e Helena, e o jovem Simon em tempos escolares em Belo Horizonte, na década de 1950

FOTOS ACERVO PESSOAL

**Quais as suas origens?** Nasci em Belo Horizonte, em 3 de julho de 1939. Meus pais, imigrantes judeus, vieram para o Brasil no início do século passado. Conheceram-se aqui. Minha mãe, Helena [originalmente, Chaja (lê-se 'Raia')] Radzyner, nasceu em Safat, Palestina. O avô dela era judeu polonês, religioso, que decidiu morrer na Terra Santa e levou a família para lá – talvez, no fim do século 19 ou início do passado. Mas os pais dela se separaram, e como minha avó tinha um irmão no Brasil, ela veio para cá. Minha mãe ficou com o pai, que morreu jovem. Assim, ela ficou sem pai nem mãe. Os parentes da Polônia mandaram-na, com o irmão, para o Brasil, para se juntarem à mãe. Minha avó era pobre, mas relativamente educada. Vinha de uma família de judeus poloneses que, acho, tinha recursos. Mas minha mãe praticamente não estudou, e não sei ao certo como foi parar em Belo Horizonte. A família do meu pai era da Bessarábia, entre a Romênia e a Rússia. Meu pai, Salomão [originalmente, Zolmin] Schwartzman, era de uma daquelas aldeias judaicas típicas. O pai dele – que não conheci – veio para o Brasil para ganhar dinheiro, no início do século passado. Vendeu coisas na rua e voltou para buscar a família, mas correu a notícia de que ele tinha vindo da 'América' cheio de dinheiro, e acabou assaltado. Voltou, de novo, para cá, para trabalhar, mas veio a Primeira Guerra, e ele ficou aqui. Depois do conflito, trouxe a mulher e os filhos. Eram muito pobres. Primeiramente, moraram no Rio de Janeiro, mas meu avô ficou tuberculoso, e Belo Horizonte era uma opção para os que queriam tratar a doença, por causa do ar das montanhas.

**Em sua casa se falava iídiche?** Meus pais falavam iídiche entre eles e português comigo. Falavam português fluentemente, pois minha mãe chegou ao Brasil com sete anos, e meu pai, com uns 13 ou 14. Eu entendo um pouco iídiche, mas nunca falei. Minha mãe não falava hebraico; talvez, soubesse um pouco de polonês, mas não falava. Acho que meu pai falava romeno, mas nunca o ouvi falando.

**Como era o ambiente em Belo Horizonte em sua juventude?** A comunidade judaica era formada por umas 500 famílias. Moramos no bairro de Carlos Prates; depois, no Centro. Havia na comunidade uma divisão que era, em parte, político-ideológica e, em parte, social: os sionistas e os progressistas. Estes últimos, mais pobres, falavam iídiche, não tinham ligação forte com a religião e, em geral, eram de esquerda. Uma parte deles, na Europa, havia sido ligada à Bund, organização de operários judeus, e aos partidos comunistas. Os sionistas, mais religiosos, tinham ligações com Israel e, em geral, eram mais ricos. Minha família estava do lado progressista. Embora meus pais não tivessem maiores preocupações políticas, me criei nesse ambiente, em que havia interesse pela política. E só comecei a sair dele aos 18 anos, quando entrei para a faculdade.

**E os primeiros anos escolares?** Saí da escola israelita de Belo Horizonte por incompatibilidade com os professores. Tinha uma dificuldade que nunca consegui superar: escrever à mão. Tive máquina de escrever desde pequeno. Quando entrou o computador, então, minha vida melhorou muito [risos]. Mas, à época, era um problema sério: eu entregava os exercícios como rabiscos, o professor não os entendia e me punha de castigo. Eu brigava, ficava revoltado. Minha mãe, então, me pôs no Colégio Batista mineiro, onde fiz o ginasial. Depois, fui para o Colégio Marconi, originariamente italiano que, acho, foi expropriado na guerra.

**No ensino médio, o senhor já tinha tendência para as humanidades?** Era muito bom aluno em matemática e achava que ia fazer engenharia. Também me interessava por história. Por sinal, comecei a me envolver com política

aos 14, 15 anos, na juventude comunista de Belo Horizonte. Lembro-me de que [em 24 de agosto], na morte do Getúlio [Vargas (1882-1954)], eu estava na rua distribuindo panfletos. Em 1957, aos 18 anos, saí do movimento, por causa das denúncias de Khrushchov, então secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética [PCUS] sobre os crimes de Stalin [ex-secretário do PCUS]. Lembro que discuti muito essa questão e resolvi sair. À época, já lia clássicos marxistas, Lênin, Marx. Lia também a literatura relativa à esquerda sionista, em que se aplicavam ideias marxistas ao contexto judaico.

**Quando o engenheiro Simon decidiu virar sociólogo?** Ao terminar o ensino médio, não tinha mais certeza de que queria ser engenheiro. Procurei então um serviço de orientação profissional criado em Belo Horizonte por Pedro P. de Bessa [1923-2002], pioneiro da psicologia da educação no Brasil, que me disse: "Olha, você pode fazer o que quiser, mas há esse programa de ciências sociais que está começando a dar bolsa". Fiz o concurso e passei. O curso era de sociologia e política, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG – já havia o de ciências sociais, na Faculdade de Filosofia. Eu e uns cinco – entre eles, Antônio Octávio Cintra, Betinho [Herbert José de Sousa (1935-1997)], Theotônio dos Santos Júnior, Flavio Pinto Vieira (1939-2008) – ganhamos bolsa e havia lá espaço físico para ficar trabalhando.

**O senhor também se graduou em administração pública, não?** Sim, simultaneamente. A Faculdade de Economia oferecia, além de economia, sociologia e política, administração pública e contabilidade. Com mais algumas matérias, era possível se graduar também em administração pública. Meu pai nunca se conformou por eu não ter feito engenharia e nunca entendeu muito bem esse negócio de sociologia. Só quando o Fernando Henrique Cardoso foi presidente achou que valia a pena [risos].

**Em sua graduação, de 1958 a 1961, o senhor manteve a militância política?** Sim, entendíamos que política e ciências sociais eram inseparáveis, e cada qual buscava seu caminho. A revista *Mosaico*, do Diretório Central dos Estudantes da UFMG, publicada em 1958, é uma boa amostra do que pensávamos. Trazia artigos sobre a alienação política, social, religiosa e cultural em que vivia a sociedade brasileira. Na minha geração, havia os católicos, como Cintra, Betinho e Vinícius Caldeira Brandt [1941-1999]; os comunistas, como Ivan Otero Ribeiro [19??-1987]; e os que buscavam uma alternativa de esquerda ao comunismo tradicional, como Theotônio dos Santos, Vania Bambirra, Susana Prates, Juarez Guimarães de Brito [1938-1970] e eu. Mais tarde, vários desse grupo participaram da criação de uma organização chamada 'Política Operária', com pessoas de outros estados. Era um grupo heterogêneo que incluía de trotskistas àqueles que, como eu, acreditavam num marxismo revisionista, sem os horrores do stalinismo. Os mais radicais prevaleceram, e me afastei. Mais tarde, vários colegas criaram outras organizações, como o Colina [Comando de Libertação Nacional] e a Vanguarda Armada Revolucionária, a VAR Palmares, na qual a presidente Dilma Rousseff militou.

**Havia contato com grupos do Rio?** Sim, com o ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros], onde estavam Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos [1915-1982] e Alvaro V. Pinto [1909-1987]. Em São Paulo, acompanhávamos os trabalhos dos sociólogos mais jovens da USP, FHC, Otávio Ianni [1926-2004], Juarez B. Lopes [1925-2011] e Paul Singer. Íamos ao Rio e a São Paulo, participávamos de discussões e, quando podíamos, os convidávamos a Belo Horizonte.

**Conte-nos de seu mestrado e a tese sobre a participação política de trabalhadores, de 1963.** É o período da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, do Chile, a Flacso, criada em 1957. Financiada pela Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura], tinha duas sedes, uma em Santiago, onde estava o curso de sociologia política, e outra no Rio de Janeiro, dedicada à pesquisa. No Chile, havia bolsas de estudos para os estudantes do curso, de dois anos. Quando estava terminando a faculdade, em 1960, um professor de lá apareceu em Belo Horizonte e recrutou quatro de nós – naquele ano, todos os bolsistas brasileiros da Flacso eram de Belo Horizonte. Lá, tomamos contato com a visão mais norte-americana, anglo-saxã, da sociologia, que desconhecíamos: a pesquisa mais quantitativa, aprendendo a mexer com dados. Minha tese é sobre um tema clássico, marxista: organização e participação operária, mas já usando questionários, análises estatísticas, tabelas, tentando aplicar a metodologia quantitativa a uma temática que nos preocupava à época. Nossa geração, ao voltar ao Brasil, foi responsável por trazer um pouco dessa visão, que associava a herança francesa, monográfica e filosófica, a algo mais pé no chão.

**O que aconteceu entre seu mestrado e sua ida, em 1968, para a Universidade da Califórnia, em Berkeley, para o doutorado?** Após o mestrado, voltei para Belo Horizonte, pois era pesquisador da UFMG. Ao retornar, em janeiro de 1964, me designaram para lecionar ciência política. Com o golpe, a faculdade fecha, e todos meus amigos militantes se escondem. Achei que, por ter passado dois anos fora, não ia acontecer nada comigo. Mas aí começou um processo contra mim por 'perversão da mente' dos alunos... Acho que a principal acusação contra mim foi ter participado de uma passeata contra o general João Punaro Bley [1900-1983], que, anos antes, havia invadido e destruído a redação do *Binômio*, dirigido por José Maria Rabelo e Euro Arantes [1927-1992], jornal humorístico que criticava o então governador de Minas, Juscelino Kubtischek [1902-1976]. Esse general havia sido interventor no Espírito >>>

Simon (ao fundo, segundo da esquerda para a direita), com colegas da Faculdade Latino-americana de Ciência Sociais (Flacso), em Santiago (Chile), no início da década de 1960. Ao lado, com Torcuato Di Tella

Santo no Estado Novo e comandante militar em Minas Gerais naqueles anos, e o jornal publicou uma reportagem falando de seu passado fascista. Fiquei um mês e meio preso em Belo Horizonte. No dia em que fui preso, em 1964, levei uns tapas e, no seguinte, me puseram em uma sala com professores, um padre e um líder sindical, e não houve mais maus-tratos físicos. No final, me liberaram, mas continuei sob processo. Instruíram a universidade a não me deixar voltar. Quando me apresentei para trabalhar, a reitoria da UFMG havia aberto um processo contra mim por abandono de emprego [risos].

**O que aconteceu a partir daí?** Tive um professor norueguês no Chile, Johan Galtung, com quem tive ótima relação de trabalho e que me ensinou o que significa pensar com números. Em 1964, ele volta para a Noruega e me convida a trabalhar com ele no Instituto Internacional de Pesquisa da Paz, que ele havia criado. Saí daqui em dezembro de 1964, meio ilegal, pois, tecnicamente, estava respondendo a processo, à disposição dos militares. Com uma pequena bolsa, fiquei um ano em Oslo. Depois, colegas argentinos que estiveram comigo no Chile me convidaram a participar, em 1966, de um projeto no Instituto Di Tella. Na Argentina, comecei a planejar meu doutorado. Minha primeira opção foi o Departamento de Sociologia da Universidade de Colúmbia [EUA], famoso pelos trabalhos de Robert Merton [1910-2003] e Paul Lazarsfeld [1901-1976], onde Galtung havia sido professor. Mas acabei optando pelo Departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia, em Berkeley, estimulado por David Apter [1924-2010], que então visitava a Argentina. Meu curso foi financiado pela Fundação Ford, que apoiava a criação da pós-graduação em ciência política da UFMG, para onde me comprometi a voltar, depois do doutorado.

**O senhor chega à Califórnia em 1968, no auge do movimento *hippie*. Como foi isso?** Eu sabia pouco sobre o que iria encontrar na Califórnia e fui logo surpreendido pelo motorista do táxi que peguei no aeroporto de São Francisco: "Aqui está havendo uma revolução!" E assim parecia, com o movimento *hippie* explodindo, as passeatas contra a guerra do Vietnã e o início da cultura das drogas. No *campus*, havia sempre dezenas de barracas de todo tipo de movimentos e concertos ao meio-dia. Era um ambiente interessante, mas anacrônico, com os norte-americanos descobrindo os filósofos franceses e um marxismo ingênuo, que havia me fascinado 10 anos antes. Me sentia meio velho e só tinha 28 anos. Menos de dois anos foram suficientes para fazer os créditos do doutorado, mas não a tese. E aí começou o projeto de voltar ao Brasil.

**O senhor volta quando a ditadura se enrijece?** Sim. Queria voltar a Belo Horizonte e fazer parte de minha faculdade. Não sabia se seria possível, por causa de meu passado político, mas recebi mensagens da UFMG, assegurando o meu lugar. Era 1968, e, em dezembro, veio o AI-5, e as dúvidas aumentaram. À época, eu e minha mulher, Carmen, argentina, tínhamos um bebê de meses. Ainda em Berkeley, decidi me apresentar de qualquer forma em Belo Horizonte, mas, pela dúvida, mandamos a bagagem para Buenos Aires. Ao chegar, em janeiro ou fevereiro de 1969, contatei a UFMG. O contrato prometido não existia, e o processo por abandono de emprego continuava, mas, duas semanas depois, me asseguraram que tudo se resolveria. Naquela noite, porém, um professor da área de direito me telefona. Ele disse que sabia do contrato, mas eu não poderia dar aulas. "Como assim?", perguntei. Respondeu que não podia dizer mais nada. Senti que estava sendo chantageado e decidi vir para o Rio. Tanto a UFMG quanto a Fundação Ford começaram a me pressionar para assumir meu cargo. Mas decidi que não voltaria naquela situação. Em junho, a direção da UFMG, inclusive o reitor e o chefe do Departamento de Ciência Política, foi cassada.

**Onde trabalhou no Rio?** Na Escola Brasileira de Administração Pública, da

FOTOS: ACERVO PESSOAL

Fundação Getúlio Vargas [FGV], onde havia um centro de pesquisa, e dando aulas na pós-graduação no recém-criado Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, da Universidade Candido Mendes], com colegas como Bolívar Lamounier, Amaury de Souza [1942-2012], Wanderley Guilherme dos Santos, César Guimarães, Edmundo Campos Coelho [1939-2001] e Neuma Aguiar, todos com pós-graduação nos Estados Unidos e que inauguraram, no Brasil, uma ciência social moderna, combinando a influência anglo-saxã à tradição mais histórica e ensaísta francesa.

**Qual era sua linha de pesquisa no Iuperj?** Concluí lá, em 1973, minha tese de doutorado. Em 1971 ou 1972, fiz um seminário sobre a relação entre Estado e sociedade no Brasil. Aí cheguei à ideia da tese. Nela, diferentemente da visão marxista convencional, dominante no Brasil, procurei mostrar que o sistema político não é mera consequência da luta de classes. Era preciso entender a estrutura do sistema político, a lógica, sua dinâmica, pois, sem isso, não seria possível entender como a sociedade e o sistema político se organizam. Apliquei essas ideias à história de São Paulo, que é independente à do Brasil como um todo. Acreditava que São Paulo não estava completamente sob a égide da burocracia portuguesa, pois esta se estabeleceu em Salvador e, depois, no Rio, para controlar o fluxo de ouro vindo de Minas. São Paulo era a 'república dos bandidos' e, mais tarde, cidade de imigrantes, de capitalismo mais agressivo. Minha tese mostra a relação entre o Estado nacional montado na tradição portuguesa com suas pontes com as oligarquias estaduais, e São Paulo, como algo à parte. Discute a tensão histórica entre os dois. Minhas conclusões contrariavam a tradição marxista, centrada em uma teoria de classes, de que a economia determina a política, porque São Paulo, historicamente, sempre ficou em segundo plano em relação à política. Lembro-me de apresentar a tese no Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento], e de o [filósofo José Arthur] Giannotti [ver 'A doce obscuridade de um caminhante', em *CH* 293] falar assim: "Hoje, vamos servi-lo em picadinhos aqui" [risos]. Minha tese teve boa repercussão e até hoje é referência.

**No Rio, alguma perseguição política?** Não, o Iuperj ficou mais ou menos protegido no regime militar. Era uma casa isolada, pouca gente, sem muita visibilidade. Não estávamos na rua com cartazes, nem éramos como as grandes universidades, onde chegava o braço da repressão. Tínhamos professores de diferentes tendências e orientações profissionais e políticas, todos críticos do regime. Mantivemos viva a discussão social e política na época do governo militar – por sinal, a segunda versão da minha tese eu chamei 'Bases do autoritarismo brasileiro', publicada, em 1979 ou 1980.

**Como foi sua passagem pela FGV?** Quando cheguei lá, na década de 1970, a Escola de Administração Pública, importante nas duas décadas anteriores, estava decadente. Nomes relevantes haviam saído e a qualidade do curso não era muito boa. Participei de uma reformulação em que tentamos criar um curso moderno de administração pública, com pós-graduação. Fui coordenador de pós-graduação do curso – que continua até hoje –, com ênfase em políticas públicas e não mais em técnicas administrativas. Em 1977, saí de lá emprestado para a Finep [Financiadora de Estudos e Projetos]. Digo emprestado, pois foi o modo que a Finep conseguiu me levar para lá, pois o SNI [Serviço Nacional de Informações] não aprovaria uma contratação direta. Pouco antes, meu nome foi vetado em uma tentativa de me levarem para o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística].

**Na Finep, o senhor coordenou o projeto que levou ao livro *Formação da comunidade científica no Brasil*, referência até hoje na área de história e sociologia da ciência no país. Havia no projeto um 'utilitarismo histórico', uma tentativa do [economista José] Pelúcio [1928-2002] de entender o passado para planejar o futuro?** O Pelúcio era uma pessoa prática, sem muitas elaborações. Tinha uma relação pessoal forte com cientistas importantes, e muitos destes o influenciavam. Na época, havia essa ideia de que a ciência devia ser planejada. Eram os tempos dos planos nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse contexto, meu recado era: há uma comunidade científica que precisa ser autônoma, respeitada e tratada a partir de uma lógica interna da ciência e não de uma perspectiva de comando e planejamento. Mas nem todos concordavam. Havia quem defendesse uma concepção stalinista do papel do governo para a ciência, um planejamento ao extremo, ideia compartilhada tanto pelos militares quanto por muitos cientistas. O Pelúcio chegou a convidar um economista, Aníbal Villela, a quem cabem as primeiras tentativas de fazer algo em história da ciência e tecnologia na Finep. Mas o que o Pelúcio queria mesmo era recuperar a confiança dos cientistas, para que voltassem ao Brasil, pois havia desconfiança forte entre a área científica e o governo. Era época do governo [do general Ernesto] Geisel [1907-1996], em que se buscava recuperar e reorganizar a área de ciência e tecnologia que havia sido devastada pelo golpe militar de 1964 e pelos expurgos seguidos ao AI-5. A principal obra de referência para nosso estudo foi o livro do [sociólogo] Fernando de Azevedo [1894-1974] de 1955, *As ciências no Brasil*. Em 1975, o [jornal] *O Estado de S. Paulo* publicou suplementos sobre a ciência no Brasil, que davam continuidade à obra do Azevedo. A partir daí, fomos ampliando a pesquisa de fontes e começamos as entrevistas. Participei de boa parte delas, e, em geral, os cientistas nos receberam bem. As entrevistas estão disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do >>>

Com sua mulher, Inez, em 2010 e em reunião familiar, em 2013

Brasil [CPDOC], da FGV, que colaborou com o projeto.

**Esse projeto impulsionou a sociologia da ciência no Brasil?** Acho que acabou tendo um papel importante nesse sentido. Muito foi feito depois, ampliando e aprofundando o livro. Antes, porém, havia muito pouco, e a literatura internacional da sociologia da ciência era praticamente desconhecida aqui.

**Em 1984, o senhor escreve um livro sobre o [ex-ministro da educação Gustavo] Capanema [1900-1985].** Eu estava no CPDOC e já tinha esse interesse por educação, ciência e tecnologia. Então, fui pesquisar no arquivo do Capanema. Estava meio desorganizado, sem separação entre o que era dele e do governo. O esforço resultou nesse livro, escrito com duas colegas, Helena Bomeny e Vanda Ribeiro Costa, contando a história de como foi a formação da área de educação do país e quem era o Capanema. Há certa idealização dele como intelectual. Na verdade, ele era um conservador, muito católico, limitado intelectualmente. Quem fazia a ponte dele com o mundo intelectual era o [poeta Carlos] Drummond [de Andrade (1902-1987)]. Era também algo tutelado pelo [escritor e líder católico] Alceu Amoroso Lima [1893-1983]. Enfim, o livro desconstrói um pouco a imagem idealizada dele.

**Como se deu a parceria, em 1994, com [o economista] Michael Gibbons?** Foi por meio de minha conexão escandinava. O livro [*A nova produção do conhecimento*] foi financiado por uma agência sueca. Eles queriam alguém do Terceiro Mundo, e tinham meu nome. Eram cinco pessoas: Gibbons, coordenador; Helga Nowotny, influente na Europa; Martin Trow, sociólogo norte-americano autor de trabalho clássico sobre universidades de massa; o canadense Camille Limoges e o inglês Peter Scott. Por três ou quatro anos, o grupo se reuniu, a cada seis meses, para discutir o que seria o livro. Eu era a favor de vários trabalhos dos diferentes autores, mas fui voto vencido. Acabou prevalecendo a ideia de um texto único, escrito pelo Gibbons, mais sintético e radical, o que gerou muita crítica, mas também provocou impacto, num contexto internacional em que se cobravam resultados para o mundo real das universidades e instituições científicas. Houve uma segunda versão, da qual não participei.

**Como foi sua ida para a USP?** Em 1985, depois da abertura política, participei e acabei redigindo o relatório final de uma comissão presidencial para reformular o ensino superior, que fez um trabalho interessante, mas cujas propostas foram arquivadas pelo governo [do presidente José] Sarney. Aí, passei a me concentrar nos temas de ciência, tecnologia e educação. De 1990 a 1994, fui para a USP, onde, com a [antropóloga] Eunice Durham, criamos o Núcleo de Pesquisas sobre Educação Superior (Nupes). Na USP, também fui professor colaborador do Departamento de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia. O Nupes foi o primeiro lugar do Brasil onde o tema do ensino superior começou a ser desenvolvido como área de pesquisa. Com apoio da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], fizemos um estudo sobre a carreira profissional dos estudantes da USP e participamos de um projeto internacional sobre políticas de educação superior na América Latina, coordenado pelo sociólogo chileno José Joaquín Brunner. Formamos uma biblioteca especializada, assinamos as principais revistas da área, criamos um conselho consultivo externo com vários dos principais pesquisadores dessa área no mundo – Burton Clark, dos EUA [1921-2009]; Ulrich Teichler, da Alemanha; Guy Neave, da Inglaterra –, e estabelecemos uma rede de interessados no tema no Brasil. Tínhamos o apoio do [então reitor e físico] José Goldemberg, e conseguimos financiamento da Fundação Ford. Nesse período, a pedido do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenei o grupo de trabalho que desenvolveu a proposta

de uma nova política de ciência e tecnologia para o Brasil, com a colaboração, entre outros, de Eduardo Krieger, então presidente da Academia Brasileira de Ciências, e do [químico] Fernando Galembeck, da Universidade Estadual de Campinas. Esse projeto funcionou na Escola da Administração de Empresas da FGV em São Paulo, onde também lecionei, e os resultados foram publicados pela editora da FGV. O Nupes foi uma inovação da USP, pois respondíamos diretamente à reitoria, embora os professores fossem das faculdades de Filosofia, Educação etc. Isso nos dava muita flexibilidade, mas dificultava atrair alunos de pós-graduação. Anos depois, a Eunice foi para Brasília, como presidente da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], e, pouco depois, recebi o convite para presidir o IBGE. O grupo continuou por um tempo, mas depois passou a fazer parte do atual Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas.

**Uma pausa para falar de sua vida pessoal.** Minha primeira mulher, Susana, era da família Prates, tradicional em Minas Gerais. Fomos colegas de faculdade. Casamo-nos quando me formei, em 1961, e fomos para o Chile – ela também fez o curso – e nos separamos lá. Ela se casou com um colega nosso à época, uruguaio, e foi para o Uruguai. Morreu há alguns anos. Em 1966, conheci a Carmen, de família judia. Ela, psicóloga, esteve em Berkeley comigo, depois em Belo Horizonte e no Rio. Tivemos um filho, o Michel, que trabalha em publicidade e comunicação. Em 1977, nos separamos. Aí, me casei com minha atual mulher, Inez, de família sírio-libanesa. Temos três filhos, Luísa, professora de sociologia na Universidade de Toronto; Isabel, que trabalha na Editora SM, em São Paulo; Felipe, economista do Federal Reserve (EUA). Tenho quatro netos: dois do Michel, um do Felipe e um da Luísa.

**Irmãos?** Bela, mais velha que eu três anos, morreu jovem. Teve três filhos, Simone Wajnman, demógrafa e professora da UFMG, Solange, socióloga e professora da Universidade Paulista, e Sérgio, que também morreu jovem, quando estudava economia na PUC-Rio. Meu irmão mais novo, Jacques, economista, fez sua carreira na UFMG, e tem duas filhas, Ana e Laura.

**Que tipo de marca pessoal quis imprimir ao IBGE quando presidiu o órgão, de 1994 a 1998?** Assumi o IBGE pouco antes do Plano Real. E um dos problemas dos planos de estabilização, com o qual tive de lidar, são os preços: era preciso ter certeza de que a inflação passada não afetaria a nova moeda. E isso devia ser feito com clareza, para evitar questionamentos na Justiça, como aconteceu com os planos anteriores. O IBGE, além de um pouco abandonado, era um órgão muito caro e pesado, com cerca de 9 mil pessoas, entre funcionários e inativos. Algumas de minhas iniciativas deram certo, outras não. Tentei passar a seguinte mensagem: a função central de um órgão de estatística não é produzir dados para o planejamento a ser feito pelo governo, mas, sim, a de ser um órgão que deve servir à sociedade, da qual o governo faz parte. O governo é um dos clientes, podendo até ser o maior deles. A função do IBGE é fornecer estatísticas confiáveis e fidedignas para todo mundo, inclusive o governo. Em resumo: o IBGE é uma instituição da sociedade. Além dessa mudança de filosofia, houve, naqueles anos, uma transição importante do ponto de vista tecnológico. Quando cheguei lá, o único computador pessoal do IBGE ficava na mesa do presidente e era pior do que o que eu tinha em casa. Todo o processamento era feito por um enorme computador IBM refrigerado a água gelada, cujo custo mensal era perto de US$ 1 milhão. Cinco anos depois, o computador central havia sido trocado por outro menor e mais eficiente, e havia computadores nas mesas dos técnicos. Colocamos o IBGE na internet. Também fizemos um acordo de assistência técnica com a Statistics Canada [agência nacional de estatística], referência na área, que levou a reformulações importantes no IBGE. Paramos de fazer o censo econômico, para o horror de muita gente. Os canadenses nos convenceram de que não se fazia mais esse tipo de levantamento decenal, que poderia ser substituído por um cadastro permanente de empresas e pesquisas amostrais. Fizemos uma contagem da população em 1996 e nos preparamos para o censo de 2000. Fizemos mudanças importantes do ponto de vista do procedimento, e as novas tecnologias nos possibilitaram isso.

**E o que não conseguiu realizar no IBGE?** Duas coisas, que me fizeram sair. Primeiro, não consegui melhorar o quadro de pessoal de maneira substantiva. O governo não permitia aumento de salário e, quando fazia concurso, era só para os cargos iniciais. Eu queria criar um grupo de pesquisa de qualidade no IBGE, que não tinha capacidade de análise, de pesquisa e de trabalhar aquilo que produzia. Cheguei a conversar sobre isso com FHC mais de uma vez, com quem sempre tive boas relações, mas ele nunca chegou a autorizar as mudanças necessárias, pois havia outras prioridades. A segunda coisa é que eu queria transformar o IBGE em uma instituição autônoma, similar ao Banco Central, deixando de ser um órgão subordinado ao Ministério do Planejamento, pois assim – como é até hoje – a autonomia do órgão fica ameaçada. Seu presidente, por ser cargo de confiança, pode ser demitido a qualquer momento.

**Como se deu sua vinda para o IETS [Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade]?** Quando saí do IBGE, poderia ter voltado para o Nupes, mas não quis – na verdade, nunca me mudei para São Paulo; sempre fiquei na ponte aérea. Então, me convidaram para assumir a presidência do IETS, fundado por economistas dedicados à pesquisa sobre trabalho, emprego e pobreza. Aqui, o financiamento se dá por projetos, propostos por nós ou por terceiros – agências de governo, fundações, empresas. Foi criado para ser – e é – um órgão leve e pequeno. ■